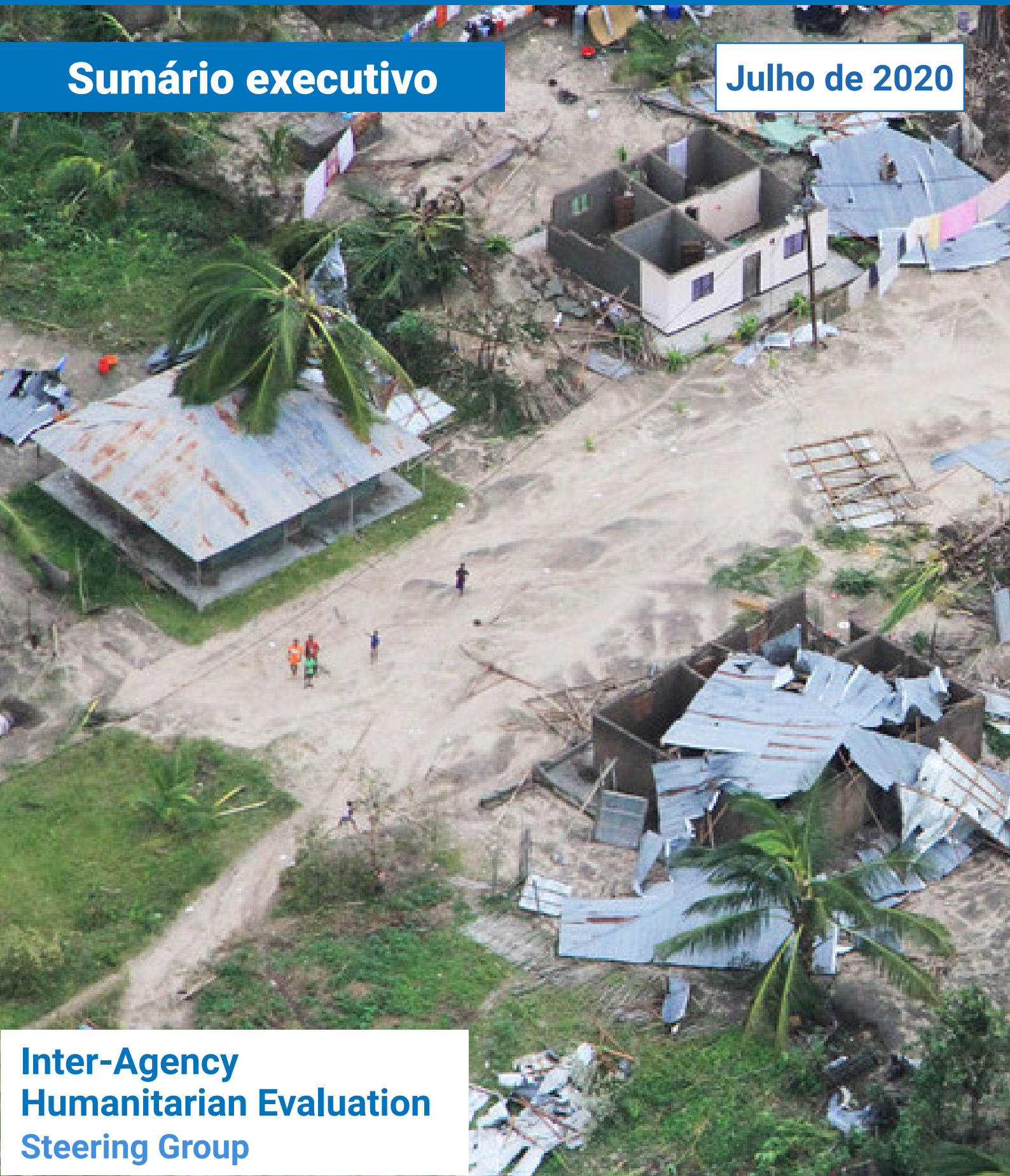


Avaliação Humanitária Inter-Agências da resposta ao ciclone Idai em Moçambique

Sumário executivo

Julho de 2020

**Inter-Agency
Humanitarian Evaluation
Steering Group**



Agradecimentos

O engajamento construtivo das partes interessadas do Governo de Moçambique, Agências das Nações Unidas, Organizações não-governamentais (ONG) e outros parceiros nacionais e internacionais foi fundamental para esta avaliação e, sua disposição em explorar as lições aprendidas foi essencial para a compreensão do contexto. Os funcionários do Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) forneceram à equipa de avaliação um apoio eficaz durante todo o processo de avaliação. Agradecimentos especiais são devidos ao Grupo de Gestão e ao Grupo Consultivo em Moçambique por seus comentários e apoio úteis a esta Avaliação Humanitária Inter-Agências (IAHE – sigla em Inglês). Agradecemos também à OCHA em Moçambique e ao Escritório Regional para a África Austral e Oriental por facilitar as visitas de campo, a sede da OCHA em Nova Iorque e a sede do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) por seu apoio e a Organização Internacional de Migração pela sua inestimável assistência para tornar possível a Pesquisa a nível dos Agregados Familiares. O apoio e o engajamento construtivo da equipa do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) do Governo de Moçambique (GoM) durante todo o processo de avaliação foram muito apreciados e são um bom presságio para a utilização dos resultados dessa avaliação em Moçambique.

Esta foi uma avaliação independente e os membros da equipa assumem a responsabilidade por todos resultados, recomendações e erros não intencionais que possam aparecer neste relatório.

Equipa de avaliação: Esta Avaliação Humanitária Inter-Agências foi conduzida por Jock Baker (líder da equipa), Dr. Tristi Nichols (avaliadora sénior), Felisberto Afonso e Pity Etajo.

Equipa de Pesquisa aos Agregados Familiares: A pesquisa foi conduzida pelo Dr. Luis Artur (Líder da Equipa), Emanuel Malai e Rogério Sitholé, da Universidade de Eduardo Mondlane, em Moçambique, sob a supervisão da Equipa de Avaliação.

Gestão da Avaliação: Os membros do Grupo responsável pela Gestão desta avaliação incluíram Robert McCouch da Organização Mundial da Saúde (OMS), Elma Balic da Organização Internacional para as Migrações (OIM), Jane Mwangi do Fundo Internacional para a Infância das Nações Unidas (UNICEF) e Sergio Lenci do Programa Mundial para Alimentação (PMA). A gestão da avaliação esteve a cargo do Ali Buzurukov, com apoio da Assefa Bahta e Felix Paffhausen, da Secção de Planeamento Estratégico, Avaliação e Orientação da OCHA.

Cover photo credit: Saviano Abreu/OCHA

A Avaliação Humanitária Inter-Agências foi encomendada pelo:

Inter-Agency Humanitarian Evaluation Steering Group



Sumário executivo

Objectivo, âmbito e utilizadores desta Avaliação Humanitária Inter-Agências

1. **Objectivo e âmbito:** Esta avaliação humanitária Inter-Agências (IAHE) fornece uma avaliação independente da resposta humanitária colectiva às comunidades afectadas pelo ciclone Idai em Moçambique. As abordagens da IAHE concentraram-se no período de activação de expansão de 22 de março a 30 de junho de 2019. Os termos de referência (TdR) desta avaliação concentraram-se em questionar até que ponto a resposta atendeu os objectivos do Plano de Resposta Humanitária (PRH) e outros planos e estratégias relevantes e como os mecanismos do Comité Permanente Inter-Agências (IASC) apoiaram a resposta. Esta avaliação identifica as lições aprendidas da ampliação e resposta em todo o sistema de resposta ao Ciclone Idai e faz recomendações para futuras acções de preparação e respostas.
2. Devido a várias restrições, o Grupo responsável pela Gestão desta IAHE concordou em excluir a resposta as accões de resposta ao Ciclone Kenneth do âmbito deste relatório, mesmo que tenha sido incluída no TdR da IAHE. As principais restrições incluíram o tempo disponível para a visita de campo, limitações orçamentais, condições de segurança e os consequentes desafios no acesso a muitas das comunidades afectadas na província de Cabo Delgado. A resposta ao ciclone Kenneth, no entanto, foi considerada um factor que influenciou significativamente a resposta de todo o sistema de resposta ao ciclone Idai.
3. **Utilizadores:** Os principais utilizadores desta IAHE são: a nível nacional, o Coordenador Humanitário e a Equipa Humanitária do País (HCT) em Moçambique; e a nível global, os directores do IASC, o Grupo de Directores de Emergência e o Grupo de Política Operacional e Advocacia.

Contexto

4. Moçambique é um país propenso a desastres de origem natural. O país já estava enfrentar altos níveis de insegurança alimentar devido à seca quando o ciclone atingiu. Muitas comunidades que sofreram inundações severas em 2007 também foram fortemente afectadas pelo ciclone Idai em 2019. O ciclone Idai atingiu Moçambique no dia 14 de março de 2019 como uma tempestade de categoria 4. Um segundo ciclone, o ciclone Kenneth, atingiu o norte de Moçambique seis semanas depois do ciclone Idai, pressionando as agências humanitárias e as capacidades de resposta do governo de Moçambique (GdM).
5. O GdM declarou estado nacional de emergência no dia 19 de março de 2019 e emitiu um pedido de assistência internacional. O Coordenador de Alívio de Emergência desencadeou posteriormente uma activação de expansão no dia 22 de março de 2019. O período de activação de expansão terminou no dia 30 de junho de 2019. O HCT apoiou o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) em seu papel como entidade executiva do governo responsável pela coordenação da resposta a desastres e redução do risco de desastres. Esta IAHE examinou três avaliações do PRH depois que o ciclone Idai atingiu o território: a primeira em abril, a segunda em maio (depois que Moçambique foi atingido pelo ciclone Kenneth) e a terceira em agosto de 2019.

Metodologia

6. A equipa de avaliação fez uma visita de campo durante quatro semanas a Moçambique e posteriormente visitou os escritórios regionais no Quênia e na África do Sul durante o mês de setembro de 2019. A avaliação utilizou métodos quantitativos e qualitativos; isso incluía análises da revisão bibliográfica, entrevistas e observações directas. Os dados foram colectados de um total de 175 entrevistados e uma revisão dos documentos de políticas e estratégias, avaliações, estudos e bancos de dados relevantes. Uma pesquisa com 505 agregados familiares, complementada por discussões em grupos focais, em áreas afectadas pelo ciclone teve lugar em outubro de 2019 tendo capturado as perspectivas de uma amostra das pessoas afectadas e permitiu à equipa de avaliação triangular os dados qualitativos. Os dados colectados reflectiram uma série de perspectivas das partes interessadas, incluindo autoridades governamentais, doadores bilaterais, agências das Nações Unidas, Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC), sector privado, organizações não-governamentais nacionais e internacionais, e perspectivas de pessoas afectadas pelo ciclone Idai. Após a missão de campo, os dados foram triangulados e validados durante dois *workshops* em Moçambique. Devido a várias lacunas nos dados de monitoria, a equipa da IAHE não conseguiu realizar uma avaliação sistemática dos resultados com base nas metas nos HRP. A equipa da IAHE, portanto, baseou-se em grande parte nos dados qualitativos e nos resultados da Pesquisa aos Agregados familiares para fazer avaliações sobre a resposta e tirar conclusões.

Resumo dos principais resultados e conclusões

7. A preparação conjunta das agências internacionais e do INGC ajudou a garantir que as necessidades humanitárias imediatas fossem antecipadas com precisão. A assistência inicial fornecida foi relativamente oportuna, apesar dos atrasos no alcance de muitas comunidades afectadas devido às condições climáticas, à escala de necessidades e às dificuldades em acessar algumas das áreas mais afectadas. O GdM acelerou sua resposta mesmo antes do ciclone Idai atingir a terra firme no dia 14 de março e apelou por apoio externo no dia 19 de março, após declarar estado de emergência.
8. A comunidade internacional respondeu com uma activação de expansão, que provou-se ser uma contribuição essencial que ajudou a salvar vidas e a mitigar o sofrimento de aproximadamente 1,85 milhão de pessoas que precisavam de assistência. A rápida implantação de recursos humanos e o financiamento resultante da activação de expansão proporcionaram a capacidade de resposta adicional necessária. A coordenação entre agências, os *clusters* e as agências internacionais individuais, reforçaram o papel de liderança geral do INGC. Por outro lado, apoiaram e ajudaram a desenvolver a capacidade dos funcionários do governo local, muitos dos quais não tinham experiência anterior em trabalhar com sistemas internacionais de ajuda durante uma resposta a um desastre em larga escala. A rápida contenção do surto de cólera e a distribuição oportuna de alimentos para as pessoas afectadas destacaram o valor da preparação conjunta, a activação do aumento de escala e a acção colectiva que apoiou a resposta robusta liderada pelo governo ao ciclone.
9. A activação de expansão ajudou a fortalecer a prestação de contas colectiva às populações afectadas (AAP). A Avaliação Rápida Multisectorial (MRA) entre agências dependia de abordagens participativas para colectar dados. Foi lançado um sistema de *feedback* e reclamações entre agências, conhecido como Linha Verde, para aprimorar a AAP e apoiar a prevenção da exploração e abuso sexual (PSEA), embora demorasse várias semanas para se tornar operacional. Os resultados da pesquisa indicam que a grande maioria das pessoas nas comunidades afectadas pensou que haviam sido tratadas com respeito pelas agências humanitárias, embora apenas uma pequena

proporção dos entrevistados soubesse que assistência seria prestada antes de recebê-la ou como usar os sistemas de *feedback* e reclamações.

10. As lições aprendidas com esta resposta destacam-se exemplos de boas práticas, além de áreas nas quais melhorias poderiam aumentar a eficiência e a eficácia da resposta e mitigar ainda mais os impactos do ciclone nas pessoas afectadas. Os principais problemas estão resumidos abaixo.

A boa preparação melhorou significativamente a precisão e a eficácia da resposta. Ao mesmo tempo, a planificação da preparação teria se beneficiado do uso de acção antecipada com base em indicadores de aviso prévio, maior uso de intervenções baseadas em dinheiro e um envolvimento mais significativo da sociedade civil local.

11. Vários factores limitaram a eficácia da resposta, incluindo o uso limitado de acção antecipada, intervenções de resposta baseadas em dinheiro e envolvimento da sociedade civil. A nível do país, além da quantidade limitada de materiais de primeiros socorros pré-posicionados, as principais lacunas na preparação incluíam: (i) o limitado âmbito da assistência baseada em dinheiro devido principalmente a restrições do governo; (ii) o envolvimento limitado das organizações da sociedade civil (OSC) na preparação comunitária; e (iii) acção antecipada inadequada pelas comunidades afectadas após a recepção de mensagens de aviso prévio. As acções antecipatórias/ antecipadas foram realizadas por apenas um número relativamente pequeno de agências fora de Moçambique; portanto, as actividades de resposta e busca e resgate (SAR) não foram tão oportunas quanto poderiam ter sido.
12. As OSCs não se envolveram significativamente em acções de planificação da preparação e desempenharam um papel irrelevante durante a resposta no período de activação da expansão. Isso foi atribuído a vários factores, incluindo suas capacidades limitadas; suas dificuldades com a língua, já que a maioria das reuniões de coordenação era conduzida em Inglês; sua falta de experiência em trabalhos em desastres em larga escala; e o facto de muitos de seus funcionários e voluntários terem sido afectados pelo ciclone Idai. Com base nas lições aprendidas com outras respostas em larga escala, as OSCs poderiam ter desempenhado um papel maior na preparação comunitária. Durante a resposta, as OSCs também poderiam ter ajudado as comunidades a se mobilizar, mitigar o impacto do desastre e atender de maneira mais eficaz às necessidades de protecção e assistência específica dos grupos vulneráveis.

Avaliações aéreas agregaram valor considerável ao orientar a resposta inicial. Os tomadores de decisão foram ao mesmo tempo desafiados a otimizar o uso de recursos devido a lacunas nos sistemas de gestão de informações e à qualidade e disponibilidade variáveis dos dados.

13. Após um começo promissor, o sistema humanitário internacional esforçou-se para desenvolver um sistema fácil para colectar, analisar e comunicar os dados de avaliação e monitoria necessários para orientar a tomada de decisões durante as sucessivas fases da resposta. Três agências enviaram especialistas técnicos e alocaram recursos para apoiar uma componente de avaliação conjunta. Embora esta componente tenha agregado valor significativo à resposta, ela não conseguiu atingir todo o seu potencial devido à rápida rotatividade de coordenadores e à falta de consenso em um sistema compartilhado de gestão de dados. Esses problemas levaram à fadiga da avaliação entre funcionários do governo local e as comunidades afectadas; dificuldades em adquirir uma imagem das necessidades prioritárias multisectoriais; e contribuiu para a falta de clareza sobre a melhor forma de apoiar a transição para a recuperação durante a fase pós-emergência.

A resposta se beneficiou de uma parceria sólida entre as agências internacionais envolvidas e o Governo de Moçambique. No entanto, o engajamento entre o sistema humanitário internacional mais amplo e o sector privado poderia ter sido otimizado ainda mais por meio de maior preparação e melhor coordenação durante a resposta.

14. A boa preparação dos Clusters de Emergência em Telecomunicações, Logística e Água, Saneamento do Meio e Higiene (WASH) mostrou que se beneficiaram de parcerias produtivas com actores do sector privado durante a resposta. A maior parte do apoio do sector privado foi repassada pelo GdM usando mecanismos preexistentes. O sistema IASC forneceu apoio logístico aos actores do sector privado, mas o envolvimento do sector privado com o sistema humanitário internacional foi limitado pela falta de uma estratégia de engajamento - incluindo orientações relevantes sobre a devida diligência - e pela falta de uma equipa de coordenação dedicada com os conhecimentos relevantes.

No geral, a coordenação da resposta foi de alta qualidade. O desempenho da coordenação dos clusters foi variável, influenciado pelos perfis dos coordenadores de cada cluster, frequente rotatividade, disponibilidade de fundos e capacidade de gestão de informações.

15. O envio de um Coordenador Humanitário Adjunto (DHC) para a área afectada por desastres, juntamente com o apoio do OCHA ao HCT, foi uma contribuição fundamental para a resposta. A qualidade da coordenação dos clusters foi variável, com desempenhos particularmente fortes pelos Clusters de Telecomunicações, Logística e WASH. Um factor importante no sucesso da activação de escala foi a decisão inicial de implantar um DHC capacitado para supervisionar as operações baseadas em campo e garantir que houvesse uma forte parceria com o governo, que já havia implantado sua liderança ao mais alto nível no campo antes do Ciclone Idai atingir a terra firme. O DHC foi um ponto focal adequado por vários meses, enquanto a equipa sénior do INGC estava sediada em campo, mas isso resultou em algumas lacunas de comunicação, uma vez que o HCT estava sediada em Maputo.
16. A centralidade da protecção foi amplamente reconhecida como uma parte crítica da activação do aumento de escala. O grupo de trabalho da PSEA desempenhou um papel particularmente importante desde o início da resposta. O cluster de protecção estava entre os que esforçaram para fornecer apoio suficiente a seus membros, em parte porque era o único cluster que não implantou capacidades dedicadas de aumento de coordenação de cluster baseadas no campo. A nova estratégia global do *Global Protection Cluster* (lançada no início de 2020) foi vista como uma oportunidade oportuna para solucionar essas lacunas de capacidade e fornecer suporte adaptado a desastres de origem climática de início súbito.

A activação de expansão contribuiu significativamente para atender às necessidades humanitárias, mas não abordou adequadamente a transição para a recuperação antecipada.

17. O HCT e muitos dos membros do cluster fizeram da recuperação antecipada uma prioridade durante a activação da expansão. A equipa humanitária esteve regularmente envolvida no planeamento conjunto de recuperação com actores de desenvolvimento como o Banco Mundial. Os clusters tinham seus próprios planos de transição; estes foram implementados com diferentes níveis de sucesso. No entanto, como as intervenções de recuperação de longo prazo só estavam planificadas para começar em 2020, a assistência prestada não reflectia necessariamente as necessidades de recuperação antecipada; uma grande proporção das comunidades afectadas começou a se recuperar entre abril e maio de 2019.

18. A falta de um plano de transição geral, identificado durante a avaliação por pares operacionais (OPR) em maio de 2019 como uma acção prioritária para o HCT, permaneceu uma lacuna importante. A proporção de financiamento do HRP para recuperação antecipada diminuiu durante as fases posteriores da resposta. Isso levanta questões sobre se deveria ser dada mais atenção à relação custo-eficácia da operação de busca e salvamento, para que uma parcela maior dos recursos limitados pudesse ser alocada para as necessidades de recuperação antecipada.
19. Muitos dos desafios no apoio à recuperação antecipada podem ser atribuídos ao contexto operacional, incluindo a abordagem ad hoc de realocar pessoas deslocadas internamente (IDPs) para locais de reassentamento na Beira e a necessidade de responder ao ciclone Kenneth. Os processos eleitorais de nível nacional durante o último semestre de 2019 atrasaram o lançamento de operações de recuperação de longo prazo. No entanto, as partes interessadas baseadas em Moçambique destacaram que muitos dos desafios iniciais da recuperação podem ser atribuídos a factores estruturais relacionados ao nexo de desenvolvimento humanitário que precisam ser abordados em nível global.

A grande variedade de sistemas de monitoria e gestão de dados, que geravam dados de qualidade e consistência variáveis, dificultava a avaliação sistemática do desempenho operacional de uma forma geral.

20. O HRP foi percebido principalmente pelas agências humanitárias como uma ferramenta de captação e comunicação que não era adequada para monitorar operações em um ambiente operacional em rápida mudança. O HCT desenvolveu *benchmarks* estratégicos, mas apenas metade dos *clusters* desenvolveu planos de trabalho com metas sectoriais que forneciam ferramentas entre agências para medir o desempenho operacional. A falta de uma estrutura coerente para monitorar as operações humanitárias contribuiu para que a maioria dos clusters dependesse principalmente da ferramenta 4W (Quem está fazendo o quê, onde, quando?) para monitorar o desempenho. O resultado foi uma ênfase na cobertura, actividade e relatórios baseados em resultados. Um pequeno número de agências colectou os próprios dados de monitoria pós-distribuição, mas os dados não foram utilizados de maneira sistemática. Houve amplo acordo entre as partes interessadas de que a avaliação de desempenho poderia ser aprimorado, enfatizando que quaisquer sistemas de monitoria deveriam ser orientados em campo e que camadas burocráticas adicionais deveriam ser evitadas.

Poucos *clusters* e sistemas inter-institucionais parecem ter processos que incentivam a melhoria contínua sistemática com base nas lições aprendidas.

21. Apenas dois *clusters*, o *clusters* de telecomunicações (ETC) e o cluster de logística, planejavam realizar avaliações pós-acção (AARs) em nível global para capturar lições relevantes da resposta do ciclone Idai que poderiam ser aplicadas em futuras respostas. A ETC realizou uma pesquisa para colectar *feedback* dos membros do *cluster* e medir a satisfação dos utilizadores para informar seus RAA. Esses dois clusters estavam entre os três clusters com melhor desempenho durante essa resposta. Isso indicou uma lacuna séria na prestação de contas, uma vez que não estava claro como outros clusters aplicariam lições para evitar deficiências semelhantes durante respostas futuras. A avaliação liderada pela OCHA também enfrentou desafios e não ficou claro como as lições aprendidas seriam usadas para melhorar sua operação em respostas futuras. Uma questão relacionada foi a falta de clareza entre as partes interessadas sobre o mecanismo para garantir o acompanhamento das recomendações resultantes desta IAHE ou OPR.

Recomendações

22. Um total de 13 recomendações são direccionadas ao HCT em Moçambique, ao Grupo de Directores de Emergência do IASC, ao Grupo de Política e Advocacia Operacional do IASC, ao Coordenador de Alívio de Emergência e ao *Global Protection Cluster*. As recomendações para o HCT estão amplamente alinhadas com o Plano de Acção desenvolvido durante o OPR. Conforme descrito na secção de Metodologia deste relatório, a maioria das recomendações listadas abaixo foi revista em profundidade com as partes interessadas das agências humanitárias e vários ministérios do governo durante dois workshops de validação, que foram facilitados pelos membros da equipa de avaliação em Maputo durante o mês de dezembro de 2019. A lista abaixo é uma versão condensada **deste resumo executivo**. As recomendações completas podem ser encontradas no final do relatório principal.

Recomendações dirigidas à Equipa Humanitária de Moçambique

- R1. **Melhorar ainda mais a preparação, o aviso prévio e as acções antecipadas**, apoiando o INGC, outros ministérios do governo e OSCs para fortalecer as capacidades nos níveis nacional e comunitário.
- R2. **Desenvolver e implementar uma estratégia de engajamento e capacitação para as partes interessadas da sociedade civil**, a fim de permitir que elas desempenhem um papel mais eficaz na acção humanitária.
- R3. **Usar os resultados desta IAHE e outras lições relevantes aprendidas para informar estratégias de advocacia e mobilização de recursos para futuras respostas a desastres para ajudar a garantir que a comunidade humanitária esteja apoiando as necessidades prioritárias das comunidades afectadas**, especialmente famílias que estão lutar para recuperar e membros vulneráveis das comunidades afectadas com necessidades especiais.

Recomendações para o Grupo de Directores de Emergência

- R4. **Melhorar o sistema de gestão de informação e comunicação para os dados de monitoria e avaliação necessários para fornecer uma visão geral em tempo real das necessidades prioritárias das comunidades afectadas.**
- R5. **Garantir que exista uma lista adequada de coordenadores de cluster e equipa de gestão de informações** com as habilidades necessárias, equilíbrio de género, experiência e habilidades de comunicação em outras línguas. Deveria haver incentivos adequados, para que esse pessoal esteja disponível por um período de implantação que garanta a continuidade adequada do pessoal e optimize o valor agregado para os clusters.
- R6. **Melhorar a coordenação e o envolvimento com o sector privado com a implantação oportuna de um coordenador do sector privado com experiência relevante em desastres em larga escala.** Isso deve ser apoiado por uma lista de funcionários treinados e experientes.
- R7. **Fortalecer e melhorar o modelo descentralizado de coordenação da liderança humanitária para fornecer suporte mais eficaz durante um evento de desastre em larga escala.** Isso é especialmente fundamental em países como Moçambique, nos quais o governo normalmente descentraliza a tomada de decisões nas áreas afectadas durante uma resposta a desastres.

Recomendações direccionadas ao Grupo de Política Operacional e Advocacia do IASC

- R8. **Capturar e partilhar lições para clusters e replicar conforme apropriado** (inclusive em outros clusters) para melhorar a preparação e obter um desempenho mais consistente e integrado.
- R9. **Exigir que cada cluster global execute avaliações de Pós-Acção dentro de seis meses após a activação da Ampliação.** Esses AARs devem considerar sistematicamente o feedback dos utilizadores (membros do cluster, HCT) e gerar um plano de acção que promova a melhoria contínua usando as lições aprendidas. Avaliações de aprendizado entre agências semelhantes devem ser conduzidas regularmente para células de coordenação de avaliação entre agências.
- R10. **Melhorar a relevância e o valor das futuras IAHEs das respostas de activação de expansão.** As melhorias poderiam incluir a inclusão sistemática de pesquisas aos Agregados familiares para avaliar os resultados colectivos e dar uma voz significativa às comunidades afectadas; avaliar acções antecipatórias; e usando indicadores de proxy para avaliar a relação custo-benefício e entender melhor as opções para priorizar recursos escassos.

Recomendações direccionadas ao Coordenador de Alívio de Emergência

- R11. **Desenvolver orientações para as equipas humanitárias de países, com o apoio de especialistas técnicos, para ajudar no desenvolvimento de indicadores de desempenho multisectoriais** para respostas quando houver uma activação de expansão. Isso ajudará a rastrear o desempenho geral e informar melhor a tomada de decisões.
- R12. **Garantir que as necessidades humanitárias e de recuperação prévia sejam adequadamente analisadas e comunicadas em tempo útil,** para que o apoio da comunidade internacional seja adaptado às prioridades das comunidades afectadas durante fases sucessivas da resposta. Com base nas lições aprendidas com a resposta ao Ciclone Idai, são necessárias melhorias mais ao nível multisectorial do que ao nível de grupos individuais.

Recomendação direccionada ao Global Protection Cluster

- R13. **O *Global Protection Cluster* deve usar o quadro de sua estrutura estratégica global** revista para esclarecer seu papel na resposta a vários cenários de desastre, incluindo desastres naturais de início súbito.